

A CIDADE POLÍTICA EM ARISTÓTELES*

João Marcio Palheta da SILVA**

...se todas as comunidades visam a algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras tem mais que todas este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política (Aristóteles).

Palavras-chave: minha tentativa é de analisar a cidade política em Aristóteles tendo como base a produção do espaço urbano na cidade política e o papel desempenhado pelo cidadão e o exercício da cidadania na formação do governo na cidade.

Palavras-chave: Cidade Política; Aristóteles; Cidadão; Cidadania.

Resumen: La intención de este ensayo es la de analizar la ciudad política en Aristóteles, teniendo como base la producción del espacio urbano en la ciudad y el papel llevado a cabo por el ciudadano así como el ejercicio de la ciudadanía en la formación del gobierno en la ciudad.

Palabras clave: Ciudad Política; Aristóteles; Ciudadano; Ciudadanía.

INTRODUÇÃO

Minha tentativa, neste ensaio, é discutir a cidade política em Aristóteles e, ao mesmo tempo, tentar fazer uma discussão sobre a produção do espaço urbano na cidade política, tendo assim o papel da cidade e dos cidadãos, tendo como base as discussões desenvolvidas por Aristóteles em seu livro "Política".

Sei da limitação de trabalhar a cidade a partir desta perspectiva filosófica, mas também sei que minha pretensão comparar as cidades da época de Aristóteles como as nossas cidades na atualidade (Século XX), mas sim refletir sobre a produção do espaço urbano e a cidade, e a maneira como Aristóteles concebia suas formas de governo.

É de fato uma grande audácia entender o pensamento de Aristóteles sobre a cidade política, uma vez que não sou um especialista em Aristóteles, porém gostaria de tentar discutir neste ensaio algumas proposições sobre a cidade política, que eu penso ser de extrema relevância

* Este ensaio é parte da avaliação da Disciplina: Urbanização e a Produção da Cidade, desenvolvida no curso de Doutorado da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus de Presidente Prudente e orientada pela Profª. Drª. Maria Encarnação Beltrão Sposito.

** Do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Doutorando em Geografia pela UNESP - Presidente Prudente. E-mail: palheta@ufpa.br

para o debate sobre a cidade e, neste caso, sobre a cidade e a política na vida dos cidadãos. Pensar a cidade política na concepção de Aristóteles, neste contexto, torna-se um desafio.

1 PARA PENSAR A CIDADE POLÍTICA

Para Aristóteles, comunidades e povoados formavam a cidade definitiva, sendo a condição e meio para seus membros terem uma vida melhor. A cidade tem, em Aristóteles, precedência sobre a família e sobre o indivíduo, a qual tem relação direta entre o todo e as partes, sempre com o todo precedendo as partes; o todo neste caso seria a cidade e as partes seriam as famílias e os indivíduos vivendo em comunidades.

A cidade na sua forma, como é concebida por Aristóteles, retrata a plenitude do sistema político em que as formas de governo concebiam a organização, tanto da comunidade como da família. O indivíduo sozinho não constituía cidadania. A cidadania, por sua vez, só seria obtida dependendo também de autoridade e comportamentos dos indivíduos.

A cidade política é uma abstração ou seria concretude? Sem entrar no mérito da questão, no seu sentido plenamente político, a cidade é o espaço das relações de comércio, transações e enriquecimento, é o espaço em construção pela habilidade dos cidadãos.

Embora a cidade em Aristóteles não assuma a forma como a cidade da Idade Média, nem poderia devido aos diferentes acontecimentos e períodos históricos, nela, podemos identificar elementos que nos orientam a pensar a cidade em sua forma política e trazê-la em paralelo com a cidade na atualidade, na qual essas interferências políticas não são as únicas que contribuem para a definição de comportamentos sociais e do papel das cidades no mundo moderno. Dessa forma, pensar a cidade antes de sua concepção definitiva como a que conhecemos hoje, tem em Aristóteles um significado fundamental, que são as formas de governos que as cidades assumem, e serve de equivalente para, através da comparação entre as formas de governo, criticar os sistemas de diferentes cidades propostas pelos seus legisladores.

2. Aristóteles e a cidade ideal de Platão

As críticas de Aristóteles à cidade ideal de Platão se baseiam na proposição de Sócrates sobre a determinação da propriedade ser comum a todos ou ser individual na cidade. Segundo Sócrates, o grau de unidade comum aos seus proprietários dava à cidade a sua forma absoluta. O fator de pertencimento do todo seria a unidade comum a todos para Sócrates. A cidade, ao receber sua diversidade, que para Aristóteles acaba sendo uma desvantagem para os cidadãos, pois a unidade comum a todos receberia menos atenção do que a propriedade individual, faz com que o cidadão tivesse na individualidade a sua forma de enriquecimento.

Para Aristóteles, a produção do espaço na cidade, através da política, definia a sua forma e a alta hierarquização de governo e a forma de organizar os cidadãos. A cidade ideal nas críticas de Aristóteles é uma cidade onde a diferença é exercida pelo princípio de propriedade. Desta forma,

nada ter em comum é obviamente impossível, pois a cidade é essencialmente uma forma de comunidade, e antes de mais nada ela deve ser o lugar de todos; uma cidade tem de ser um lugar, e uma cidade pertence aos cidadãos em comum. Mas será melhor para uma cidade organizada ter tudo em comum, até onde for possível, ou será melhor ter somente algumas coisas em comum, e outras não? (Aristóteles, 1997, p. 30)

A cidade ideal de Sócrates, sob a perspectiva aristotélica, tem uma grave desvantagem: a unidade. Segundo Aristóteles, ela carrega consigo elementos que não se enquadram dentro

visão que permita ao governo das cidades um controle sobre a propriedade, tornando-se necessário que a comunidade de mulheres e crianças, ou melhor que a forma e a função da cidade, sejam bem diferentes daquelas propostas por Sócrates.

Para Sócrates, a comunidade de mulheres, filhos e bens são criados dentro de um sistema que garantisse então a melhor forma de organizar uma sociedade em unidade. Dessa forma, Sócrates via na cidade uma unidade que garantia assim sua unificação. Na visão aristotélica, a cidade é uma pluralidade, não havendo por ventura uma unificação; caso essa não acontecesse, dizia Aristóteles, a cidade seria reduzida a uma unidade familiar que, por sua vez, se limitaria a um indivíduo, o que levaria então ao fim da cidade.

Aristóteles critica Sócrates, que acaba desconsiderando que na cidade, além de sua população, há seres humanos diferentes e, dessa forma, nada é único na cidade. Tudo é uma rede de interação e diferenciação entre as partes que compõem o todo na cidade. A busca pela organização da cidade, na sua forma de governo, é uma tarefa que cabe àqueles que nasceram para exercer tais comandos, o que seria uma regra geral condicionada pelos seus nascimentos, que os qualificam por serem de uma classe com mais condições de controle sobre as outras classes favorecidas para assim controlá-las.

Na cidade ideal de Platão, segundo Aristóteles, seria desnecessário que as pessoas se preocupassem umas com as outras, como o pai com seus filhos, ou com um filho com seu pai, ou mesmo com irmão (Aristóteles, 1997, p.39). Nessa concepção aristotélica, há motivos que levam a manter o sentimento de propriedade e o de afeição, pois há uma certa complicação na relação entre a propriedade e a afeição, na medida que devemos entender que, segundo Aristóteles, não haveria conhecimento sobre o destino das crianças quando de seu nascimento, o que por sua vez implicaria em certos atos que, segundo Aristóteles, poderiam cometer ofensas como relações sexuais ilícitas e homicídios entre as classes.

A discussão se a propriedade deveria ser comum ou privada passa pela consideração de que, para Aristóteles, viver e partilhar os mesmos bens torna-se uma tarefa difícil de ser exercida na comunidade. A cidade passa a ser o palco onde as relações diferenciadas passam a ser mais explícitas e a discussão sobre a propriedade comum ou privada deve ser tomada com mais cuidado e ser mais detalhada para o governo sobre a cidade poder, assim, tomar uma posição coerente a fim de não prejudicar a comunidade no seu todo.

O sistema da cidade política, se bem governado, disponibilizaria os bens que deveriam ser privados num sentido e comum em outros, dependendo da administração. Para Aristóteles,

os indivíduos, embora possuindo privativamente seus bens, põem os frutos dos mesmos a serviços de seus amigos, e fazem uso das posses dos amigos como se tratasse de bens comuns... É obviamente melhor, portanto, que a propriedade seja privada, mas que o uso seja comum, e preparar os cidadãos para este sistema é a tarefa específica do legislador (Aristóteles, 1997, p.42).

Todo o sistema da cidade política tem como base a organização hierárquica das classes e a apropriação do poder e o controle pelo governo da aristocracia. Sócrates nomeia duas classes: a primeira, a dos agricultores e a segunda, a dos defensores da cidade em caso de guerra, e ainda haveria um desdobramento da segunda, que formaria a terceira classe na cidade. Segundo Sócrates, esta última formaria um Conselho, o qual governaria a cidade, este seria o sistema da cidade ideal e de unidade. Aristóteles diz que, para Sócrates, não haveria nem democracia nem aristocracia, mas uma forma intermediária entre as duas, denominada de governo constitucional¹.

A disposição da forma de governo na cidade, segundo Aristóteles, não é definida por Sócrates e também é difícil de definir sem precisar se a propriedade é privada ou comum. Tal

¹ Para Sócrates o poder emanaria das classes do conselho, onde estas possuíam com qualidade a propriedade de tropas armadas para defender a cidade.

cidadas p
dãos.
claro
e privada
ssário
dade. Pa
moral e

ns aspir
ndições
á sorte
bora esse
ral e ma
ções, nã
o que
te enseja
ta cidade
o poder
omo nos
m algu
qualida
les, 199

da cidade
e a cidade
com um

o fosse
Aristóteles
definição
fenômeno
toteles e
ia o bom
a essênca

ÍTICA

erno, que
ação e de
o espacial
nsolida
governo e
ência da

todo que

... e quantas são as espécies diferentes de sistemas para governar os homens e as
... em que eles vivem (Aristóteles, 1997, p.89). Assim, pensar a cidade e o governo da
... e para a cidade em Aristóteles é tentar entender as formas hierárquicas que o conceito de
... assume dentro dos interesses relacionados à distribuição das atividades e bens na cidade.
Para Aristóteles,

*O maior dos bens é a felicidade, e ela consiste em agir segundo as
qualidades morais e no exercício perfeito destas; além disso, como acontece
muitas vezes que alguns homens participam mais da felicidade, e outros
menos, ou nem sequer participam, esta é obviamente a causa da existência
de diferentes espécies e variedades de cidades e de diversas formas de
governo. Na verdade, já que todos buscam a felicidade (cada um à sua
maneira e por meios diferentes), isto leva os homens a modos de vida
diferentes e a diferentes formas de governo. Devemos ainda procurar saber
quantas coisas existem sem as quais não pode haver uma cidade, pois
dizemos que entre elas haverá algumas que são partes da cidade, e por isto
sua presença nela é essencial (Aristóteles, 1997, p. 237).*

A cidade política torna-se uma representação das formas de governo e da concepção de
...². A definição de bom cidadão representava uma cidade adequada e segura politicamente
... Aristóteles, o governo em toda parte detém o poder soberano sobre a cidade, e a
... é o governo (Aristóteles, 1997, p.89). Destarte, seria o bom governo, através da
... , onde o povo é soberano, a forma mas apropriada de desenvolvimento, que, por sua
... permitiria a manutenção de garantias de uma vida melhor na cidade na concepção de
... .

A forma de entender a cidadania e o direito a ela aparecem, para Aristóteles, como a
... essencial para compreender a cidade na mesma proporção que *o objetivo da cidade é a
... melhor...Uma cidade é uma comunidade de clãs e povoados para uma vida perfeita e
... , e esta em nossa opinião é a maneira feliz e nobilizante de viver (Aristóteles, 1997,*

Para finalizar este breve ensaio onde tentei discutir algumas variáveis da cidade política
... Aristóteles, creio que a forma de governo pensada por Aristóteles assegurava o entendimento
... cidadania e sua relação direta com a política para fortalecer a segurança da comunidade.

Aristóteles acreditava que seria necessário investigar com bastante cuidado a natureza
... cidadão para poder entender a melhor forma de governo na cidade. Para ele,

*a cidade é um complexo, no mesmo sentido de quaisquer outras coisas que
são um todo mas se compõem de muitas partes; é claro, portanto, que
devemos primeiro investigar a natureza do cidadão, pois uma cidade é uma
multidão de cidadãos, e portanto, se deve perguntar quem tem direito ao
título de cidadão, e qual é essencialmente a natureza do
cidadão (Aristóteles, 1997, p. 77).*

Por último, pensar a cidade política em Aristóteles é buscar no horizonte da política -
... para falar de uma variável para analisar a cidade - ,a qual, embora não seja a única forma
... organização na e da cidade, ela é um forte indicativo de como entender a cidade, seja na
... de Aristóteles, seja em nossos dias, contribuindo para o permanente debate sobre a

² Para Aristóteles...As qualidades de um governante e as de um governado são diferentes, mas o bom cidadão deve
... conhecimentos e a capacidade indispensáveis tanto para ser governado quanto para governar, e o mérito de
... bom cidadão está em conhecer o governo de homens livres sob os dois aspectos (Aristóteles, 1997, p. 85).

definição dos cidadãos no desenvolvimento da cidade e quais as suas formas de participação na vida da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. **Política**. Trad. de Mário Kury. 3.ed. Brasília: UNB, 1997.
PLATÃO. **A República**. Trad. de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. Trad. de João Carlos Todorov. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
SÓCRATES. **Vida e obra**. Trad. de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999.